



PECÚLIO MAÇÔNICO DO ESTADO DE GOÍAS
Relatório de auditoria das demonstrações contábeis

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Nº 1621/2021



PRIVADO E CONFIDENCIAL

AT.: Sr. Diretores e Administradores

Goiânia (GO), 25 de maio de 2021.

Prezado senhor (a),

Apresentamos aos vossos cuidados, nosso relatório de auditoria relativo à revisão das Demonstrações Contábeis, da PECÚLIO MAÇÔNICO DO ESTADO DE GOÍAS inerente ao período de **01** de **Janeiro** a **31** de **Dezembro** de 2020. Este relatório contempla nossas impressões a respeito dos itens que vieram ao nosso conhecimento durante o transcorrer dos trabalhos, oferecendo sugestões para melhoria aos itens que merecem atenção. Aproveitamos para nos colocar à disposição da companhia para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários na apresentação deste relatório.

Atenciosamente,

Marllon Rodrigues Terra

MAPAH Auditores Independentes

Unidade: Goiânia
Av. Americano do Brasil nº 876
Q. 263 L. 08, Setor Marista, Goiânia - Goiás |
CEP: 74.180-010

Telefone: (62) 3954-4001
Site: www.mapah.com.br
@grupomapah

| | |
|----------------------------|----|
| Sumário | |
| INTRODUÇÃO..... | 4 |
| PROCEDIMENTOS | 4 |
| AMOSTRAGEM..... | 5 |
| METODOLOGIA..... | 5 |
| PONTOS DE MELHORIA..... | 6 |
| OUTRAS CONSIDERAÇÕES | 17 |
| CONCLUSÃO..... | 18 |
| DEMONSTRATIVOS | 18 |

Introdução

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de opinião sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica. Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios. A execução dos trabalhos é realizada através de procedimentos de auditoria, que são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos.

Procedimentos

A aplicação dos procedimentos de auditoria é realizada, em razão da complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo. Na aplicação dos testes de observância e substantivos, consideramos os seguintes itens: a) inspeção – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis; b) observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução; c) investigação e confirmação – obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade; d) cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias; e e) revisão analítica – verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas. Na aplicação dos testes de observância, verificamos a existência, efetividade e continuidade dos controles internos.

Amostragem

Para os exames de auditoria, utilizamos o procedimento de amostragem que consiste na aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionados, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a totalidade das informações contidas nas Demonstrações Contábeis.

Metodologia

Os nossos trabalhos tiveram como objetivo principal a revisão das Demonstrações Contábeis, bem como a revisão das operações e dos controles fiscais adotados, visando verificar o cumprimento das obrigações legais e fiscais, principalmente acessórias, exigidas pela legislação vigente, e a manutenção adequada de mecanismos de controles internos, que suportaram as apurações e efetivos recolhimentos de tributos.

PONTOS DE MELHORIA

Destacamos que no transcorrer de nossos exames, observamos pontos passíveis de crítica, que podem ser melhorados pela companhia, pois podem causar implicações fiscais ou prejuízos à sociedade. Mensuramos que em virtude da determinação de amostragem outros pontos não mencionados neste relatório de auditoria, podem vir a existir. A apresentação dos pontos possui relevância para prioridade de regularização, estabelecida em nossos exames (Alta, Média e Baixa).

1. Contas a receber – Aspectos gerais *(Prioridade alta)*

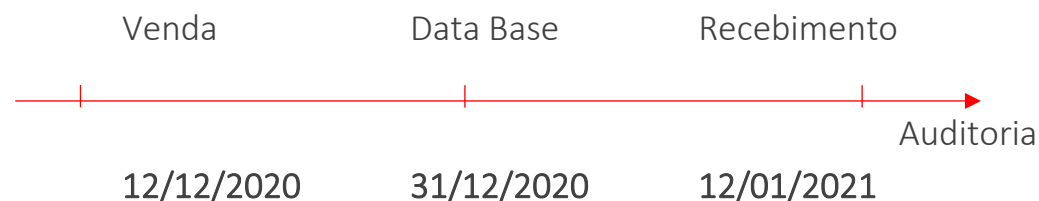
Em análise ao contas a receber, identificamos variação entre o relatório financeiro e o saldo contábil em 31/12/2020. Veja:

| DESCRIÇÃO | VALOR |
|-----------------------------------|-------------------|
| SALDO CONTÁBIL | 998.600,65 |
| SALDO APURADO (-) | 467.144,21 |
| VARIAÇÃO | 531.456,44 |
| (-) FATURAMENTO REF. DEZ/2020 (-) | 407.011,50 |
| VARIAÇÃO FINAL | 124.444,94 |

Acreditamos que a variação é decorrente dos seguintes fatores: Ausência de emissão de relatório retroativo. Avaliamos junto ao responsável que, o relatório financeiro do contas a receber, contempla apenas as lojas

inadimplentes em 31/12/2020, ou seja, o relatório não consta o faturamento referente a dezembro de 2020 e que foi recebimento a partir de janeiro de 2021. Veja exemplo ilustrativo.

Suponhamos que em 12 de dezembro de 2020 a entidade emitiu um faturamento com prazo de 30 dias para seu recebimento, ou seja, 12 de janeiro de 2021. Desta forma, financeiramente, em 31/12/2020 a fatura permanecia em aberto. Suponhamos ainda, que na data estipulada para o pagamento o cliente tenha cumprido o acordo e depositado o numerário na conta da empresa. Veja figura abaixo:



Mesmo considerando o faturamento de dezembro de 2020, e que o mesmo tenha sido recebido em 100%, nos meses subsequentes, ainda existe uma variação, onde acreditamos que ocorre devido à ausência de conciliação entre os relatórios da contabilidade e os relatórios financeiros em períodos anteriores. Importante comentar que, esta variação, poderá estar relacionada com o saldo de valores a identificar registrado no passivo da companhia. Para evidenciação desta relação, seria necessários um processo de conciliação do ano corrente e de anos anteriores, o que implicaria em um trabalho específico.

Tal fato demonstra falhas nos controles contábeis e financeiro da entidade, visto que, o registro contábil e financeiro deve estar em acordo. O confronto entre os relatórios se faz necessário, a fim de evitar prejuízos financeiros e dar sustentação ao saldo contábil. Recomendamos a reconciliação dos respectivos relatórios, visando a identificação de

possíveis problemas de conciliação, bem ainda a verificação junto ao responsável do sistema se de fato o relatório de contas a receber não retroage. Não conseguimos avaliar este item, pois seria necessário um trabalho específico para esta validação.

2. Adiantamento de pecúlio – Ausência de provisão de recebimento da taxa de administração *(Prioridade alta)*

Identificamos que não foi provisionado na contabilidade, o faturamento de taxas de administração referente aos adiantamentos com pecúlios realizados ao longo do período. Veja:

| VALOR LÍQUIDO | VALOR TAXA ADM. | VALOR BRUTO |
|---------------|-----------------|--------------|
| 1.353.000,00 | 108.240,00 | 1.461.240,00 |

Tal fato demonstra falhas nos controles contábeis, visto que, a entidade efetuou diversos adiantamentos no montante de R\$ 41.000,00 aos beneficiários obreiros, entretanto, a mesma irá receber o montante de R\$ 44.280,00 das lojas, está diferença do saldo é justamente referente a taxa de administração de 8% prevista em estatuto. Recomendamos a imediata contabilização do valor para que as demonstrações contábeis reflitam a realidade financeira e econômica da entidade.

3. IRRF a recuperar – Negativa de opinião *(Prioridade alta)*

Evidenciamos saldo de Imposto de renda a recuperar, no montante de R\$ 450.549,08, em 31/12/2020, referente a

retenção ocorrida no investimento de CDB em agosto de 2020. De acordo com a diretoria até o ano de 2019, a entidade nunca havia sofrido retenção de imposto de renda sobre aplicação financeira. Vale comentar que não foi possível emitir opinião sobre a recuperação deste valor, visto que, precisaríamos ter conhecimento se a entidade é classificada como imune ou isenta, para darmos os devidos tratamentos. Conforme instrução normativa RFB Nº 1585, apenas as entidades imunes estarão dispensadas da retenção do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Veja:

“Art. 72. Está dispensada a retenção do imposto sobre a renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, quando o beneficiário do rendimento declarar à fonte pagadora, por escrito, sua condição de entidade imune.”

Por outro lado, a Lei Nº 9.535, Art. 15, alínea 2º, não se aplica a isenção de imposto de renda retido auferidos em aplicações financeiras. Veja:

“ § 2º Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.”

Outro ponto que vale comentar é que, dependendo a classificação da entidade como imune ou isenta, poderá ser passível de questionamento também a COFINS sobre as receitas financeiras, fato que implicaria em uma contingência. Recomendamos que a entidade realize uma consulta junto a Receita Federal do Brasil, onde se estiver enquadrada como imune, poderá entrar com ação judicial com possibilidade de recuperação deste valor, bem como se estiver enquadrada como isenta o saldo deverá ser reclassificado para as despesas. Vale ainda ressaltar que até a averiguação da situação, sugerimos que a empresa classifique em outros créditos no ativo não circulante.

4. Registro contábil do objeto social – Contas patrimoniais *(Prioridade média)*

Ao analisarmos o grupo de receitas da entidade, identificamos que as contribuições com repasse denominado “Chamadas” transitaram dentro da conta de receitas, entretanto, entendemos que esta operação deveria transitar entre as contas patrimoniais, ou seja, nas receitas deverão constar apenas as arrecadações referente ao objeto social da entidade, que são os 8% relativo as taxas de administração. Veja:

As receitas representam as entradas de capital que resultam da atividade de uma organização, incluem os montantes que uma empresa ganha ao vender produtos ou serviços, bem como existem diversos tipos de receitas que podem ser captadas pelas entidades do terceiro setor, as quais devem ser previstas no estatuto social e necessitam estar em conformidade com a atividade fim que irá ser desenvolvida por cada entidade, como doações, subvenções e contribuições para o custeio de suas atividades, dentre outras diversas formas utilizadas para obter recursos destacam-se a celebração de contratos, convênios e termos de parcerias.

Tal fato demonstra falhas nos procedimentos contábeis da companhia, visto que as contas de denominadas “Chamadas” e a sua redutora “Pecúlios” deveram transitar nas contas patrimoniais e não no grupo de receitas. Recomendamos que sejam revistos tais procedimentos de contabilização das contribuições, a fim de as demonstrações contábeis reflita a realidade financeira da entidade.

5. Caixa – Aspectos gerais *(Prioridade média)*

Identificamos que a conta caixa foi utilizada como polo centralizador de registro pela contabilidade. Evidenciamos também que os históricos referentes a conta caixa estão de forma “genérica”, por exemplo os lançamentos a débito em sua grande maioria constam como “Recebimento conforme movimento de caixa”, bem como a crédito consta como “Pagamento conforme movimento de caixa”.

Tais acontecimentos sugere-se que a conta caixa está sendo utilizada como polo centralizador de lançamentos, ou seja, recebimentos e pagamentos que não foram realizados em espécie, fugindo da característica da conta, que usualmente no mercado destina-se a manutenção de numerários necessários para suprir as necessidades básicas da entidade, tais como pagamentos de pequenas despesas, pequenos adiantamentos, despesas de material de expediente, etc.

Importante comentar que, o procedimento foi alterado a partir de agosto de 2020, não sendo mais registradas nesta conta, todas as movimentações de débitos e créditos. Recomendamos a revisão do procedimento e que adotem as práticas usuais de mercado, a fim de que no caixa sejam movimentados apenas pequenos valores e para as transações de mais vulto, seja utilizada a instituição financeira que a companhia possui conta corrente, visto que, além de não se coadunar com a boa prática contábil, poderá acarretar implicações à empresa.

6. Alterações no estatuto – Negativa de opinião *(Prioridade média)*

Ao analisarmos o estatuto vigente em nossa data base, identificamos que houve algumas mudanças de procedimentos no decorrer do ano de 2020, que foram motivos de algumas pautas na assembleia geral realizada 19/12/2020, analisada via ata de reunião apresentada a nossa equipe. Veja:

- ✓ Inclusão do parágrafo § 3º no Art. 11 “De um teto de cobrança de chamadas mensais”;
- ✓ Alteração do Art. 1 de “Em casos especiais decorrente de idade avançada e saúde debilitada” para “Inscrito em atenção a sua saúde”;
- ✓ Alteração do Art. 2, parágrafo § 2º acrescentando a opção de “Públicos ou Cooperativos”;
- ✓ Alteração Art. 27, para que não haja dúvida sobre o prazo limite de 30 dias para as lojas enviem os documentos dos obreiros.

Vale ressaltar que foram mencionados apenas aquelas inclusões e alterações relevantes e aprovadas pela assembleia, bem como cabe apontar que a ata de reunião apresentada a nossa equipe não estava devidamente assinada e averbada em cartório, visto que fomos informados que a mesma foi devolvida ao PEMEG pelo cartório para que houvesse algumas alterações referente a exigências necessárias para a sua devida averbação, que ainda está em tramite, assim como o estatuto com as suas alterações aprovadas em assembleia. Tais acontecimentos, impossibilitou a nossa equipe de emitir opinião sobre as alterações do estatuto da entidade. Recomendamos que seja verificada junto ao cartório a averbação da ata, bem como a alteração do estatuto, a fim da entidade está devidamente suportada por documentações hábeis e idôneas.

7. Débitos diversos – Ausência de composição contábil *(Prioridade média)*

Evidenciamos durante os nossos trabalhos à ausência de composição analítica de saldo referente as contas de débitos diversos, impossibilitando nossa equipe de verificar a real situação em 31/12/2020. Veja:

| CONTA | VALOR |
|---------------------------------------|-------------------|
| VALORES A CLASSIFICAR | 256.028,30 |
| COBRANCAS ANTECIPADAS | 22.437,82 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CHEQ A COMP | 41.000,00 |
| TOTAL | 319.466,12 |

Vale ressaltar que foi questionado sobre a conta de “Valores a classificar”, e fomos informados pelo responsável contábil que grande parte vem de períodos anteriores, bem como o mesmo acredita que esses valores sejam de pagamentos e recebimentos onde não foi identificadas as suas origens.

A elaboração da composição formal ao final de cada período, é uma prática normal nas empresas e constitui excelente instrumento de controle interno, visto que se podem visualizar as contas atrasadas, analisarem os procedimentos formais para o recebimento e pagamento, bem como as baixas das mesmas e conciliarem com os valores do departamento financeiro.

Recomendamos a verificação quanto à possibilidade de implementação e à manutenção de um controle interno mensal, que relacione analiticamente a posição de cada conta, com isso fortalecendo os controles internos e assegurando a empresa de questionamentos por parte das autoridades.

8. Provisão de Férias e 13º Salário – Variação saldo contábil x apurado (*Prioridade baixa*)

Identificamos variações entre o controle de provisões e o saldo contábil em 31/12/2020. Veja:

| DESCRIÇÃO | SALDO CONTÁBIL | SALDO APURADO | VARIAÇÃO |
|--|------------------|-----------------|------------------|
| PROVISÃO DE FÉRIAS | 28.836,90 | 2.054,38 | 26.782,52 |
| PROVISÃO DE 13º SALÁRIO | 18.490,06 | 1.540,78 | 16.949,28 |
| PROVISAO INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO | 12.164,68 | 916,77 | 11.247,91 |
| PROVISAO FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO | 3.589,66 | 287,61 | 3.302,05 |
| TOTAL | 63.081,30 | 4.799,54 | 58.281,76 |

Ao questionarmos o responsável contábil, o mesmo não soube explicar o motivo das variações, entretanto entendemos que as variações poderiam ter ocorrido devido ao controle que a entidade possui não constar o saldo das provisões acumulados.

Tal fato demonstra fragilidades nos controles internos da companhia, visto que o controle é realizado manualmente em planilha de Excel, fazendo com que os saldos apresentados não tragam fidedignidade e segurança, vez que, podem ser efetuados cálculos das respectivas contribuições erroneamente, podendo efetuar cálculos em duplicidade ou até mesmo cálculos de colaboradores que não mais compõem o quadro de empregados da entidade, não coadunando com as boas práticas contábeis. Sugerimos que seja revisto tal procedimento, a fim de fortalecer os controles internos da empresa e fazer com que os saldos contábeis estejam suportados por documentos hábeis e idôneos.

9. Ativo Imobilizado – Variação entre saldo contábil x apurado *(Prioridade baixa)*

Em análise ao ativo imobilizado da empresa, evidenciamos variação entre o saldo contábil e o controle de bens, veja:

| Custo de aquisição | | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| DESCRIÇÃO | SALDO CONTÁBIL | SALDO APURADO | VARIAÇÃO |
| APARELHOS DE AR REFRIGERADOS | 1,00 | 15.491,88 | (15.490,88) |
| EQUIPAMENTOS DE AUDIO E IMAGEM | 1,00 | 6.648,00 | (6.647,00) |
| COMPUTADORES E PERIFERICOS | 25.046,33 | 18.912,00 | 6.134,33 |
| EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA | 1,00 | 2.235,40 | (2.234,40) |
| TOTAL | 262.853,97 | 281.091,90 | (18.237,93) |

| Depreciação | | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|------------------|
| DESCRIÇÃO | SALDO CONTÁBIL | SALDO APURADO | VARIAÇÃO |
| (-) DEPREC DE EDIFIC E CONSTRUCOES | (194.643,22) | (189.286,97) | (5.356,25) |
| (-) DEPREC MOVEIS E UTENSILIOS | (386,62) | (226,67) | (159,95) |
| (-) DEPREC APARELHOS AR REFRIGERADOS | (1,00) | (15.491,88) | 15.490,88 |
| (-) DEPREC EQUIP AUDIO E IMAGEM | (1,00) | (6.648,00) | 6.647,00 |
| (-) DEPREC COMPUTADORES E PERIFERICOS | (16.235,23) | (11.768,40) | (4.466,83) |
| (-) DEPREC EQUIP SEGURANCA | (1,00) | (2.235,40) | 2.234,40 |
| TOTAL | (211.268,07) | (225.657,32) | 14.389,25 |

Ao questionarmos o responsável contábil o mesmo informou que a variação já veio de períodos anteriores, entretanto não foi realizada a sua correção. O fato denota fragilidades nos controles patrimoniais da companhia, visto que, apesar da imaterialidade, as variações comprometem os números apresentados no balanço e distorcem

a realidade patrimonial da conta em questão. Desta forma, sugerimos a revisão do procedimento, bem como a adequação dos saldos a fim de que não haja variação entre o saldo contábil e o controle patrimonial.

10. INSS e FGTS – Variação saldo contábil x apurado *(Prioridade baixa)*

Identificamos variações entre as guias de pagamento de INSS e FGTS e o saldo contábil. Veja:

| INSS A RECOLHER | | FGTS A RECOLHER | |
|-----------------|-------------------|-----------------|-----------------|
| DESCRIÇÃO | VALORES | DESCRIÇÃO | VALORES |
| SALDO APURADO | 6.958,33 | SALDO APURADO | 2.490,58 |
| SALDO CONTÁBIL | 11.221,07 | SALDO CONTÁBIL | 1.483,43 |
| VARIAÇÃO | (4.262,74) | VARIAÇÃO | 1.007,15 |

Ao questionarmos o responsável contábil, o mesmo informou que tais variações são decorrentes do INSS de terceiros não estar inseridos na GFIP por ausência de recolhimento ou ausência de apresentação do número do PIS, quanto ao de FGTS o mesmo informou que a variação é decorrente da segunda parcela do 13º Salário. O fato demonstra fragilidade nos controles contábeis da companhia, vez que, o saldo de INSS e FGTS a recolher não estão sendo representados com fidedignidade a real situação de provisão da companhia. Recomendamos que seja revisto tais procedimento, afim que as demonstrações contábeis reflitam a realidade financeira da entidade.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

1. CND – Ausência de certidão negativa

Atestamos as validades das certidões negativas de débitos nas esferas estadual, trabalhista e CRF, bem como a Situação Fiscal (Conta corrente) junto à RFB e observamos irregularidades onde a entidade inscrita no CNPJ: 01.417.229/0001-99 possui débitos junto a RFB. Veja:

| CERTIDÕES / ALVARÁS | DATA DE EMISSÃO | DATA DE VENCIMENTO | STATUS |
|---|-----------------|--------------------|--|
| CND - Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - RFB | - | - | Ausência de Certidão Negativa de Débitos |
| CND - Sefaz Goiás | 19/05/2021 | 18/07/2021 | Negativa |
| CND – Municipal | 19/05/2021 | 16/08/2021 | Positiva |
| CND - Débitos Trabalhistas - TST | 19/05/2021 | 14/11/2021 | Negativa |
| CND - CRF / Certificado de Regularidade do FGTS | 19/05/2021 | 16/08/2021 | Regularizado |
| Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - CNPJ | 19/05/2021 | - | Ativa |

Em nossos trabalhos não foi possível a emissão da certidão negativa de débitos, junto à Receita federal do Brasil e municipal. Conforme relatório de situação fiscal, constam divergências entre GFIP e GPS, bem como multa isolada inscrito em SIDA (Sistema Integrado da Dívida Ativa), referente ao processo Nº 19321.133.348/2020-30. Cabe

mencionar que o fato da não regularização de débitos pode acarretar que o credor adquira legitimidade para adotar outras medidas que reforcem a cobrança. Entre essas medidas, está a instauração de processo judicial, com inclusão do nome do devedor no Cadin (O Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal). Estar inscrito no Cadin é prejudicial para a empresa vez que dificulta a tomada de empréstimos e financiamentos junto ao governo.

CONCLUSÃO

Ao final de nossos trabalhos de revisão das demonstrações contábeis findados em 31/12/2020, concluímos que o balanço da entidade precisa ser regularizado em alguns itens, conforme mencionado no transcrito do relatório.

DEMONSTRATIVOS

- Balanço Patrimonial em 31/12/2019 e 31/12/2020;
- Demonstração do Resultado 31/12/2019 e 31/12/2020.

Balancos Patrimoniais

PECÚLIO MAÇÔNICO DO ESTADO DE GOIÁS

(Valores expressos em Reais)

| ATIVO | | | | | PASSIVO | | | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------------|---|-------------------|-------------|-------------|-------------------|
| | 31/12/20 | AV% | AH% | 31/12/19 | | 31/12/20 | AV% | AH% | 31/12/19 |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | PASSIVO CIRCULANTE | | | | |
| Disponível | 1.395 | 0% | 212% | 447 | Empréstimos e Financiamentos | - | 0% | | - |
| Aplicações Financeiras | 8.708.396 | 53% | 120% | 3.958.569 | Fornecedores | - | | -100% | 81.972 |
| Duplicatas a Receber | 909.839 | 6% | 32% | 686.773 | Obrigações Trabalhistas | 90.692 | | 47% | 61.764 |
| Estoque | - | 0% | | - | Obrigações Tributárias | 4.418 | | | - |
| Créditos Diversos | 1.385.154 | 8% | 39265% | 3.519 | Contas a Pagar | - | | | - |
| Impostos a Recuperar | 450.549 | 3% | | - | Débitos Diversos | 319.466 | | -22% | 411.410 |
| Despesas do Exercício Seguinte | - | 0% | | - | | 414.576 | | -25% | 555.146 |
| | 11.455.333 | 69% | 146% | 4.649.308 | | | | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | | | Empréstimos e Financiamentos | - | | | - |
| Depósitos Judiciais | - | 0% | | - | Débitos Tributários | - | | | - |
| Impostos a Recuperar/Compensar | - | 0% | | - | Contingência Fiscal | - | | | - |
| Outras contas | - | 0% | | - | Outras Contas | - | | | - |
| Investimentos | 5.021.039 | 30% | -57% | 11.757.008 | | - | | | - |
| Imobilizado | 51.586 | 0% | -7% | 55.435 | PATRIMÔNIO SOCIAL | | | | |
| Intangível | - | 0% | | - | Fundo | 6.058.495 | | 0% | 6.058.495 |
| | 5.072.625 | 31% | -57% | 11.812.442 | Reservas de Contingências | 1.590.660 | | 0% | 1.590.660 |
| | | | | | Reservas de Lucros | 8.257.449 | | 7% | 7.728.390 |
| | | | | | Ajustes de Exercícios Anteriores | 27.997 | | | - |
| | | | | | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | | | - |
| | | | | | Resultado do Exercício | 178.781 | | -66% | 529.059 |
| | | | | | | 16.113.382 | | 1% | 15.906.604 |
| TOTAL DO ATIVO | 16.527.958 | 100% | 0% | 16.461.750 | TOTAL DO PASSIVO | 16.527.958 | 100% | 0% | 16.461.750 |

Demonstrações dos Resultados

PECÚLIO MAÇÔNICO DO ESTADO DE GOIÁS

| | 31/12/20 | AV% | AH% | 31/12/19 |
|---|------------------|-------------|--------------|----------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | | | | |
| Receita com chamadas | 4.602.499 | 1247% | 20% | 3.843.970 |
| Receita Propria | 369.180 | 100% | 17% | 315.405 |
| (-) Pecúlio / Reversões | (4.602.499) | -1247% | 20% | (3.843.970) |
| (=) Receita Bruta de Vendas | 369.180 | 100% | 17% | 315.405 |
| (-) Impostos incidentes | - | 0% | | - |
| (=) RECEITA LÍQUIDA | 369.180 | 100% | 17% | 315.405 |
| CUSTOS DO NEGÓCIO | | | | |
| Custos Incorridos | - | 0% | | - |
| (=) RESULTADO BRUTO | 369.180 | 100% | 17% | 315.405 |
| (+/-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS | | | | |
| Despesas Administrativas | (561.598) | -152% | -1% | (568.387) |
| Despesas Comerciais | (6.676) | -2% | 331% | (1.550) |
| Despesas Tributárias | (28.595) | -8% | -50% | (57.431) |
| Despesas Financeiras | (31.580) | -9% | -21% | (40.020) |
| Receitas Financeiras | 438.049 | 119% | -53% | 936.654 |
| Outras Receitas e Desp. Operacionais | - | 0% | -100% | (55.611) |
| | (190.399) | -52% | -189% | 213.654 |
| (=) RESULTADO OPERACIONAL | 178.781 | 48% | -66% | 529.059 |
| (=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 178.781 | 48% | -66% | 529.059 |

*Evoluir e
surpreender
sempre!*



@grupomapah
www.mapah.com.br

📍 **Goiânia- GO**
62 3954-4001

📍 **Vitória- ES**
27 3019-4101

📍 **São Paulo- SP**
11 2478- 0954

📍 **São Luís- MA**
98 3227-3587

📍 **Rio de Janeiro- RJ**
21 4108-5093

📍 **Anápolis- GO**
62 98316-4803